



Anais da Assembléia

Nº 18

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 19 DE MARÇO DE 1992

ANO XVIII

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 15.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 1992

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Dalton Machuca.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Hermas Brandão, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Dúlio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Tavares, João Iensen, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessutti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cleiton Kielse, Emília Belinati, Ernani Pudell, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, José Arthur Ritti, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia e Nilton César (10).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob os nºs DTL/SAT/26 e 27/92, do Senhor Governador do Estado em exercício, restituindo a este Poder Legislativo os Projetos de Lei nº 024 e 025/92. Ao Conhecimento da Casa.

Em Liquidação Extrajudicial:

BADEP/LIQ/118/92

Senhor Presidente.

Em face das infundadas notícias que vêm sendo veiculadas na imprensa local acerca de possíveis irregularidades na condução do processo de liquidação extrajudicial do BADEP, informamos a Vossa Excelência que estamos ao inteiro dispor dessa Assembléia para prestar os esclarecimentos e informações que se fizerem necessários, relativamente aos atos praticados pelo signatário da presente, na qualidade de Liquidante da instituição.

Renovando a Vossa Excelência os protestos de nossa distinta consideração, subscrevemo-nos.

(a) MOACIR HERCULES DE SOUZA
Liquidante

Requerimentos:

REQUERIMENTOS Nº 259

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 005/87, que cria o Município de Perobal.

Sala das Sessões, em 19.03.92

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO Nº 262

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 05/87, que cria o Município de Perobal.

Sala das Sessões, em 19.03.92

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO Nº 255

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.03.92

(a) DALTON MACHUCA

REQUERIMENTO Nº 261

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, a formalização de convite à educadora Lígia Leite, do Rio de Janeiro para apresentar no Plenarinho desta Casa o projeto FLOR DO AMANHÃ, que visa o resgate de crianças de rua.

O evento deverá ser realizado nos dias 24 e 25 próximos vindouros, às 14:00 horas no Plenarinho.

Sala das Sessões, em 19.03.92

(a) JOÃO IENSEN

REQUERIMENTO Nº 254

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Moacir Carlos Marabá dos Santos, ocorrido no dia 18 de março do corrente ano, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 19.03.92

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Moacir Carlos, vítima da fatalidade do destino, quando em vida buscou com o trabalho auxiliar seu Pai Izidoro Lopes dos Santos, popularmente conhecido como Dorinho, figura das mais populares em função de ser proprietário de uma Funerária, cuja ação de filantropia se destaca.

Jovem ainda, conseguiu nessa sua passagem pelo mundo terreno transmitir a sua mensagem de modernismo, e com isso tornar-se a exemplo de seu genitor uma pessoa conhecida em toda Paranaguá.

REQUERIMENTO Nº 250

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a inserção em ata e o envio de votos de congratulações ao Doutor Rubens Pinho, Presidente do Conselho Regional de Odontologia, do Estado do Paraná, pela regulamentação da atividade da odontologia, por dentistas brasileiros radicados em Portugal, para a qual o mesmo desenvolveu profícuo e edificante trabalho.

Sala das Sessões, em 19.03.92

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

De parabéns a categoria de odontólogos brasileiros, com a solução adotada pelo governo co-irmão de Portugal, da regularização da atividade profissionais da odontologia naquele País, por parte de profissionais brasileiros, através da criação da categoria específica dos cirurgiões-dentistas.

Resultado da assertiva de que, laços históricos e culturais não serão facilmente rompidos por movimentos xenófobos ou jacobinistas.

Curitiba, quinta, em 19.03.92

O trabalho desenvolvido pelo ilustre e batalhador Presidente do Conselho Regional de Odontologia, foi decisivo para o atingimento do desiderato almejado pela categoria, razão pela qual o Poder Legislativo como ídimo defensor das causas populares não poderia ficar indiferente ao resultado obtido, razão pela qual manifestamos o presente júbilo, contando com a adesão dos nobres Pares desta Assembléia.

REQUERIMENTO Nº 249

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER a inserção em Ata e o envio através de Sua Excelência o Senhor Leonardo Charles de Zafiri Duarte Mathias, Digníssimo Embaixador de Portugal no Brasil, de voto de regozijo e congratulações aos Excelentíssimos Senhores Mário Soares e Aníbal Cavaco Silva, respectivamente, Presidente e Primeiro Ministro de Portugal, pela solução adotada com vistas à regularização das atividades dos profissionais brasileiros de odontologia em atividade naquele País, com a criação da categoria específica dos cirurgiões-dentistas.

Sala das Sessões, em 19.03.92

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

A atitude do governo português resolvendo de forma satisfatória a questão dos profissionais brasileiros de odontologia que trabalham naquele País europeu veio provar - mais uma vez - que laços históricos e culturais não se rompem com a facilidade sonhada por movimentos xenófobos ou jacobinistas. A oficialização das atividades profissionais dos dentistas brasileiros em território português, inclusive com a criação de uma categoria específica - a dos cirurgiões-dentistas - vem provar que o entendimento entre homens e idéias sempre é possível.

O Deputado que esta moção subscreve esteve em Portugal por duas vezes e por razões duplamente atávicas, abordou o assunto com autoridades lusitanas, recebendo destas uma atenção especial que já preconizava e previa a solução agora encontrada.

Cumprе ressaltar, neste documento, a posição firme e objetiva do Conselho Regional de Odontologia do Paraná, na pessoa do seu Presidente, Doutor Rubens Pinho.

Ajamos em instância hábil, ainda, comunicando o teor desta moção a Sua Excelência o Embaixador da República de Portugal, solicitando àquele representante que, por vias diplomáticas, dê conhecimento da mesma ao Presidente Mário Soares e ao Primeiro Ministro Aníbal Cavaco Silva.

REQUERIMENTO Nº 251

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente a Presidência da Legião Brasileira de Assistência - LBA, Brasília DF, e Superintendência no Estado do Paraná, solicitando o empenho das referidas autoridades no sentido da liberação das verbas destinadas ao custeio dos convênios assinados com as entidades filantrópicas e beneficentes do Estado, tendo-se em consideração o grande atraso no repasse de recursos e a situação calamitosa pela qual atravessam as referidas entidades.

Requer outrossim, sejam notificadas sobre o constante deste requerimento, tanto as Bancadas com assento nesta Casa, quanto a Bancada do Paraná no Congresso Nacional, a fim de que os Senhores Parlamentares tomem posição quanto aos fatos aqui narrados, possibilitando, assim, a conseqüente pressão os canais competentes, a fim de ser sanada tal situação.

Sala das Sessões, em 19.03.92

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Esta proposição deve-se ao recebimento de correspondência anexa, da parte da Associação de Entidades Sociais Benéficas do Estado do Paraná, relatando sérias dificuldades causadas pela interrupção no repasse de verbas assistenciais, bem como solicitando a intercessão do meio político, a buscar os meios de resolução do problema.

REQUERIMENTO Nº 252

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente à Associação Médica Brasileira - AMB - dando apoio integral à campanha "BASTA DE DESMANDOS NA SAUDE" e repudiando a censura feita pelos poderes instituídos.

Sala das Sessões, em 19.03.92

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 253

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, REQUEREM o envio de pedido de informação ao Senhor Governador e ao Presidente da SANEPAR solicitando:

1. Por que a Usina de Biogás de Piraí do Sul não está funcionando?
2. Qual é a perspectiva de voltar a funcionar, e a que tempo?

Junto a este requerimento anexamos os documentos enviados pela Associação de Representação Popular de Piraí que solicita a reabertura da Usina.

Sala das Sessões, em 19.03.92

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 066/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Estado do Paraná penalizará os estabelecimentos comerciais, industriais, empregadores rurais, entidades, representações, associações ou sociedades civis que restringem o direito da mulher ao emprego, urbano ou rural.

Parágrafo Único - Considera-se prática de restrição ao direito da mulher ao emprego, entre outras, a adoção de medidas não previstas na legislação pertinente, e especialmente:

I - exigência ou solicitação de teste de urina ou sangue para verificação de estado de gravidez, em processo de seleção para admissão ao emprego;

II - exigência ou solicitação de comprovação de esterilização, para admissão ou permanência no emprego;

III - exigência do exame ginecológico periódico, como condição para permanência no emprego;

IV - discriminação de mulheres casadas, ou mães, nos processos de seleção ou rescisão de emprego.

Art. 2º - A apuração das irregularidades indicadas no artigo anterior será precedida de denúncia formal à autoridade administrativa responsável pela apuração dos fatos.

Art. 3º - As penalidades às irregularidades previstas no Artigo anterior, que poderão ser aplicadas cumulativamente, são:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão temporária do funcionamento;

IV - Cassação de funcionamento.

§ 1º - A multa estabelecida no inciso II deste artigo será de 10 a 100 salários mínimos, ou outra unidade que venha a substituí-la levando em consideração a capacidade econômica do estabelecimento infrator.

§ 2º - A autoridade administrativa, responsável pela aplicação das penalidades previstas, deverá aplicá-las progressivamente.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 5º - O Executivo estadual regulamentará a presente lei em sessenta dias a partir de sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.03.92

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A mulher representa hoje praticamente metade da mão-de-obra em atividade no Brasil. A condição patronal, entretanto, é exercida por uma ampla maioria de homens que levam para as relações de trabalho os desvios culturais próprio de uma sociedade de cultura machista e que resulta em discriminação da mulher no trabalho.

Uma das mais violentas formas de discriminação é, sem dúvida o cerceamento à admissão e permanência nos empregos em razão da condição feminina natural da mulher existir também como mãe. Para muitos patrões, gravidez é, principalmente, um empecilho ao lucro e exigem, como condição à admissão e permanência no emprego, que a mulher abdique da maternidade. Extremos existem de exigir mesmo "atestado de esterilidade".

Cumprir ao Estado defender a condição feminina e proteger as relações de trabalho de modo a não transformá-las em instrumentos de nulificação da própria condição humana.

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Acreditamos que todos os Parlamentares com assento nesta Casa, deva ter recebido correspondência idêntica a esta que iremos encaminhar requerimento sobre o assunto da Associação de Entidades Sociais Benéficas do Estado do Paraná com sede em Londrina.

Realmente as entidades assistenciais não só do Paraná como do Brasil atravessam momentos de reais dificuldades, segundo esta correspondência endereçada aos Senhores Parlamentares faz uma denúncia muito séria de que aquelas entidades assistenciais não vêm recebendo os recursos relativos aos convênios com a Legião Brasileira de Assistência desde muitos meses atrás. Não apenas 1992, mas também boa parte de 1991. Sou pessoa bastante ligada ao setor da assistência, pertencendo a clube de serviço e temos conhecimento que muitos dos Senhores Deputados também pertencem a clube de serviços, LIONS, ROTARY e Maçonaria. Por isto senti-me no dever de associar-me àquelas entidades pedindo apoio e a consideração efetiva dos colegas Parlamentares, no sentido de que unidos possamos trabalhar com firmeza, no sentido de modificarmos esta posição. Passaremos a leitura do requerimento que estamos enca-

Curitiba, quinta, em 19.03.92

minhando à Mesa à apreciação dos Senhores Deputados e se aprovado gostaríamos que todos nos ajudassem nesta caminhada que não é minha é de todos nós. Tem o seguinte dizer o nosso Requerimento: lê Requerimento.

Na Justificativa eu passarei a leitura da Carta que acreditamos certamente todos os Senhores Deputados tenham recebido.

REQUERIMENTO

Súmula:

Requer o envio de expediente à Legião Brasileira de Assistência e a adoção de outras providências, conforme especifica. Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente a Presidência da Legião Brasileira de Assistência - LBA, Brasília DF, e Superintendência no Estado do Paraná, solicitando o empenho das referidas autoridades no sentido da liberação das verbas destinadas ao custeio dos convênios assinados com as entidades filantrópicas e benéficas do Estado, tendo-se em consideração o grande atraso no repasse de recursos e a situação calamitosa pela qual atravessam as referidas entidades; requer, outrossim, sejam notificadas sobre o constante deste requerimento, tanto as Bancadas com assento nesta Casa, quanto a Bancada do Paraná no Congresso Nacional, a fim de que os Senhores Parlamentares tomem posição quanto aos fatos aqui narrados, possibilitando, assim, a conseqüente pressão os canais competentes, a fim de ser sanada tal situação.

Sala das Sessões, em 18.03.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Esta proposição deve-se ao recebimento de correspondência anexa, da parte da Associação de Entidades Sociais Benéficas do Estado do Paraná, relatando sérias dificuldades causadas pela interrupção no repasse de verbas assistenciais, bem como solicitando a intercessão do meio político, a buscar os meios de resolução do problema.

Associação de Entidades Benéficas do Estado do Paraná

Londrina, 09 de março de 1992.

As Lideranças Políticas do Paraná.

A ASSOCIAÇÃO DE ENTIDADES SOCIAIS BENEFICENTES DO PARANÁ, entidade que representa 332 entidades de atendimento a crianças, adolescentes, idosos, excepcionais e famílias socialmente excluídas, vem pedir licença para expor o que segue.

- 97% das ações na área social são executadas por entidades não governamentais, sendo mantidas por recursos da comu-

nidade, pois, com raras exceções, as verbas públicas (Federal, Estadual e Municipal) são insuficientes e inconstantes.

- Neste momento em que a crise sócio-econômica se intensifica, as entidades sofrem duplamente, pois de um lado são os recursos que diminuem e do outro é o aumento das necessidades das pessoas socialmente excluídas.

- A Legião Brasileira de Assistência que mantém convênios com as entidades filantrópicas tem ao longo dos anos descumprido os referidos convênios, atrasando repasse dos recursos.

- Em janeiro de 1992 foram assinados novos convênios sem que o repasse referente aos convênios de 1991 fosse efetuado.

Assim a AESBEPAR em reunião do dia 06.03.92 deliberou aguardar o repasse das verbas atrasadas até o dia 13.03. data em que as entidades farão um protesto às 16 horas defronte ao Banco do Brasil, e se não forem atendidas ingressarão na justiça para garantir os seus direitos.

- Deliberou-se também, que a Diretoria da AESBEPAR entraria em contato com as lideranças políticas do Paraná a fim de se articular um movimento em favor das entidades que passam por seriíssimas dificuldades.

Assim recorreremos ao alto senso de fraternidade de Vossa Senhoria a fim de conseguirmos o apoio a mais esta manifestação legítima das entidades, com a presença na referida manifestação.

Certos de podermos contar com o apoio de Vossa Senhoria, antecipamos os agradecimentos em nome daqueles que atendemos.

Cordialmente

(a) ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não podemos ficar calados diante de tamanhas safadezas e de esfarrapadas mentiras ainda mais quando são fabricadas propositalmente para prejudicar a maioria da população brasileira, e ao contrário beneficiar minorias de elites dominantes, de forças antidemocráticas, antipopulares e dominadoras.

Vem à tona na última edição da revista Isto É, mais uma farsa fabricada contra o nosso Partido. A revista Isto É, na sua edição de 11 de março, na página 19, sob o título - "A penúltima façanha", relata o fato onde Magri armou a baderna no comício de Caxias do Sul e fortaleceu a sua candidatura ao ministério do Governo Collor. Nesta matéria, muito ampla, mostra onde o corrupto Ministro mancha a dignidade da

classe trabalhadora e eu diria da classe política. As denúncias que hoje vêm de corrupção, de roubos públicos, a sua queda do Ministério do Trabalho e Previdência Social, que muito vem sendo explorada hoje dizendo-se que um trabalhador não é capaz, não é competente. Este tipo de trabalhador, safado, salafrário e corrupto não é competente, realmente! Ao contrário do que podemos observar em outras ocasiões, numa administração de São Paulo, por exemplo, onde uma mulher trabalhadora, operária, assalariada, hoje é Prefeita e governa a maior cidade da América Latina. Numa cidade como Icapuí, onde um trabalhador é Prefeito, e a UNICEF, uma Organização das Nações Unidas, o contempla com o prêmio de onde há menor mortalidade infantil no País, em pleno Nordeste, onde a fome e a miséria matam crianças inocentes a milhares. Ao contrário, podemos dizer da administração petista de São João do Triunfo, no Paraná, onde José Maria Cardin, um funcionário público estadual é Prefeito, um trabalhador, e com muita competência poderíamos relacionar em todas as nossas administrações que a corrupção não emplaca. Por isso que nos revolta quando uma matéria desta vem à tona, mais uma das farsas para desmoralizar o nosso Partido, como foi feito na época da campanha presidencial. Nem só de denúncias de corrupção e truculência sindical compõem a folha corrida do Antônio Rogério Magri, na última campanha presidencial o Ex-Ministro desempenhou um papel fundamental na armação de um episódio na vitória de Fernando Collor de Melo. A muitos quilômetros de distância foi ele um dos maestros da pancadaria orquestrada pelo PRN no comício de Collor, na cidade Gaúcha de Caxias do Sul, no dia 30 de novembro de 1989, quando os seguranças do candidato vencedor, trajados com camisetas do PT, se engalfinharam como manifestantes. O saldo do conflito ocorreu duas semanas antes da eleição e foi uma pessoa com traumatismo craniano, tiros disparados aos altos e as mensagens de que petista é sinônimo de baderna. Dois anos após vem à tona a verdadeira história do comício: "Os militantes petistas, não passavam de seguranças contratados" e aparece com participação direta na trama o Ex-Ministro Antônio Rogério Magri, encarregado pela cúpula do PRN de fazer o trabalho de contratar os falsos petistas. A partir de uma ordem de Magri, Baldino procurou Cripa com uma missão: "Contratar seguranças para agitar o comício do candidato do PRN". Claro que todos deveriam estar paramentados com camisetas do PT. Estes fatos e mais este que vem à tona, e ainda por quem? Pelo Ministro Magri, o articulador desta façanha, isto tudo faz nós termos inúmeras conclusões, como por exemplo

a do jornalista Ricardo Melo que diz aqui o seguinte: "Aluno nota 10, se referindo de Magri a Collor, Collor utilizou Mirian Cordeiro num dos expedientes mais baixos de que se tem notícia em campanhas eleitorais, aluno aplicado. O ex-Ministro cuidou de providenciar uma carta de um filho com acusações ao pai, como se o passado de Volnei Ávila, seja ele qual for, pudesse absolver Magri dos inúmeros delitos de que é acusado". Nos reportamos a estas baixarias, do caso Magri que é uma página negra na história da política do nosso País, mas queremos nos deter a este fato concreto de Porto Alegre, denúncia esta da Revista "Isto É" que compromete a seriedade política, a seriedade dos Partidos Políticos. Sem ofender ninguém eu gostaria de dizer que me sentiria envergonhado se pertencesse ou se estivesse em algum Partido qualquer que esteja dando sustentação a este Governo Collor hoje e que sustentou durante a campanha eleitoral diante destas farças que hoje se colocam diante da opinião pública brasileira. Não fosse esses expedientes espúrios Collor de Melo não seria Presidente desta Nação, e não estaria também na situação que está hoje a classe trabalhadora deste País. Com o apoio destas baixarias sem caráter e sem responsabilidade. As provas estão aí, a corrupção, a incompetência, levam jornalistas a terem posições, conclusões que nós temos que concordar, como por exemplo o Jornalista Carlos Caspach na edição do Jornal do Estado do dia 15 de março se referindo aos dois anos de Collor com tais palavras: cínico e cara de pau, - o discurso de Collor, dos dois anos de Presidente, - o Presidente acredita que ninguém lembra como foi construída a sua candidatura, o caçador dos marajás em Alagoas foi enquadrado no útero do pior das nossas elites, uma elite que se utiliza de todos os recursos para se manter intocada no Poder e nos seus privilégios de classe.

Este fato de Caxias do Sul, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é repugnante e não se diferencia de outros já ocorridos em nosso País. Por isso eu digo, eu diria, que os partidos que sustentaram esse tipo de política nefasta estão comprometidos com estes fatos que hoje vêm à tona. E eu sem incriminar queria também colocar aqui o que a Revista Isto É incrimina inclusive o PDT nosso aliado eleitoral na época, onde se diz aqui através da reportagem que um dos articuladores desta safadeza, desta grosseira acusação e desta quebradeira que ocorreu naquele comício é um militante ferrenho do PDT de Porto Alegre onde por várias denúncias foi substituído de um cargo público. José Carlos D'Ávila, Presidente da Epatur denuncia que seu subordinado, um dos participantes

e preparadores da quebradeira foi demitido por denúncias de irregularidades o tal de Crepa. Alceu Collares o elevou depois desta demissão para o cargo de Diretor Administrativo da TV Educativa, que além disso derrapou nesse próximo cargo sendo exonerado por proporcionar concorrências imorais. Foi demitido em 1991 e novamente foi reconduzido a um cargo de confiança do Governador na Casa do Artesão.

Cita ainda a matéria da Revista Isto É Senhor de que este Comandante da quebradeira, do trambique lá em Caxias do Sul é um membro do 4º escalão do Governo do Estado e que tem status para receber o Ministro Magri numa viagem que faz a Porto Alegre, onde ele aqui mostra ele recebendo o Ministro, um funcionário do quarto escalão do Governo do Estado". Aí se mostra e se prova a ligação entre os dois na preparação daquele nefasto ato de incriminar a política do PT na campanha presidencial.

Eu concedo aparte ao Deputado Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Nobre Deputado Ovídio, há vários dias eu venho observando a Bancada do PT e gostaria de discordar do Senhor em alguns casos.

O PT, um Partido bem estruturado, um Partido inteligente, tem notado no Brasil que está em franca decadência. Hoje acontece o seguinte: o PT tem trazido fatos aqui nesta Assembléia como viúvas que vivem de passado, isso já aconteceu. O PT tem trazido problemas porque tem sentido que o Governo Collor, apesar de alguns erros, tem tido muitos acertos em termos de Brasil e isso as bases do PT já verificaram em todos os escalões nacionais.

Portanto, ao Senhor eu dou duas frases. Nunca se deve medir um Governo na sua entrada e sim na sua saída. E a outra, que os Senhores vêm tomando posição nesta Casa é que contra os intolerantes não existe argumento. O que acontece hoje é que o PT está com medo, que o Governo dê a volta por cima e que alguma coisa melhore. O Governo Collor, nós sabemos, não vai resolver todos os problemas. Agora, sob uma clara noção que o PT não se conforma com a derrota do LULA na eleição presidencial. Nós perdemos aqui no Paraná com José Carlos Martinez, nem por isso repudiamos veementemente o Governador Requião. Agora, o que não pode acontecer é todas essas inverdades e toda essa manobra que o PT está fazendo, porque tem caído em todos os níveis. O Senhor tem a pesquisa, se o Senhor for um Deputado coerente o Senhor vai mostrar a pesquisa nacional, aonde o PT tem tanto descrédito como alguns outros partidos no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Muito pelo contrário, Deputado Fregonese, o PT numa última pesquisa saiu na frente em nove capitais do País, nas mais importantes a pesquisa dá como o Partido que mais crédito tem na sociedade e o PT se conforma até porque se nós agíssemos e quiséssemos, se a sociedade brasileira quisesse agir, Collor não estaria mais na Presidência da República, porque os seus desmandos, o seu desgoverno já causaram motivos para um "impeachment" e esse Presidente ser destituído do seu cargo. Essas nossas avaliações não têm nenhum ressentimento eleitoral. Agora, concordar em ganhar eleições com esses tipos de baixarias, como utilizar esse fato aqui, isso é uma prova de que a política feita, talvez, pelo Senhor e por outros partidos nunca se compatibilizará com a proposta e com a política que o PT leva.

Por isso, para encerrar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quero dizer que esta é mais uma das farsas que a elite dominante, mais cedo ou mais tarde os crimes que se cometem contra a classe trabalhadora brasileira. O que já ocorreu em outros casos, como no caso na Cidade de Leme, onde um policial atirou num grevista, matando-o e a imprensa toda acusou o PT em manchete nacional; depois de dois meses a polícia técnica provou que a bala saiu por uma arma da polícia. Essas tramas se fazem porque não se quer política séria neste País.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente e Senhores Deputados, estamos na tribuna hoje para falar do desempenho da balança comercial brasileira e, dentro do contexto, examinar também a importância do Estado do Paraná nas nossas exportações, lembrando também o quão é necessário e urgente ampliarmos as nossas relações de comércio internacional. E neste conceito se insere a viagem do Governador Roberto Requião à China e ao Japão em busca de novos mercados para os nossos produtos.

Eu tenho em mãos o Jornal O ESTADO DO PARANÁ, edição de hoje, que traz a seguinte manchete: "Balança tem queda de 16,94%". Em relação ao superávit de um bilhão e trinta e seis milhões de dólares em janeiro houve um recuo de 13,24%. Em nosso pronunciamento nós vamos analisar o comportamento da balança comercial e vamos dizer como é que a balança comercial apresentando superávit nós chegamos no final do ano com a balança de pagamentos sendo

deficitária.

Vamos, como introdução ler rapidamente a matéria do jornal, para depois desenvolvermos e fundamentarmos a questão.

Diz o jornal: "A balança comercial brasileira apresentou um superávit de...

Aqui há um pequeno engano no jornal, aqui fala em 201 milhões, mas se nós tivérmos uma exportação de 2 bilhões e 450 milhões e uma importação de 1 bilhão e 549 milhões, há que se dizer que o superávit é de 901 milhões de dólares e não só de 201 como diz aqui.

Então corrigindo, a balança comercial brasileira apresentou um superávit de 901 milhões de dólares em fevereiro, resultado de exportações a que já nos referimos.

O desempenho de fevereiro foi de 16,94% menor do que o registrado no mesmo período do ano passado, mas mesmo assim foi o terceiro melhor obtido nos últimos 13 anos no mês de fevereiro".

Então como se vê, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a balança comercial apresentou um superávit neste mês de fevereiro de 901 milhões de dólares. Imagine-mos que mês a mês, janeiro, fevereiro, março, abril, no correr dos 12 meses agora deste ano, como exemplo que tenhamos uma média de um saldo favorável de um bilhão de dólares na nossa balança comercial, significa que chegaremos ao final do ano com um saldo favorável na nossa balança comercial de 12 bilhões de dólares. Mas a pergunta que se faz significa isto, que no final do ano o País vai ter em mãos 12 bilhões de dólares para promover o seu desenvolvimento? Não. Não porque a balança comercial é apenas uma das integrantes da balança de pagamentos e que taticamente, vamos rapidamente explicar como funciona.

A balança de pagamentos, fundamentalmente ela se compõe de três partes. Para que se tenha uma idéia, a gente escreve, digamos, na esquerda balança de pagamentos, abrimos uma chave e ela tem dois setores, o primeiro é o setor das transações correntes, logo abaixo escrevemos o segundo setor, movimento de capitais.

No setor das transações correntes, ela se divide em duas partes é a balança comercial e a balança de serviços e no movimento de capitais nós temos a balança de capitais.

Vamos analisar portanto agora a balança comercial. A balança comercial registra todas as importações e as exportações de mercadorias. São chamados visíveis. São as coisas que nós vemos. É o petróleo que nós importamos. É a soja que nós exportamos. É o minério de ferro que exportamos e assim por diante.

Essa balança comercial ela tem sido supervitária. Mas vamos chegar depois na balança de serviços. A balança de serviços

ela registra toda prestação e recebimento de serviços do exterior, como frete, seguro, viagens internacionais, royalties, pagamento de juros da dívida externa, de maneira que todas as vezes que nós assistimos a um filme estrangeiro aumenta a dívida do Brasil lá fora, porque pagamos direitos autorais. Todas as vezes que viajamos e uma viagem internacional que vêm turistas estrangeiros para o Brasil é crédito do Brasil na balança de serviços.

Mas fundamentalmente o que pesa na nossa balança de serviços são os juros da nossa dívida externa. Por uma dívida externa de mais de cento e tantos bilhões de dólares nós pagamos por ano mais de 12 ou 15 bilhões de juros da dívida externa. Portanto, todo o nosso esforço, todo o nosso saldo credor que se apresenta na balança comercial ele é exaurido, ele é gasto com o pagamento tão somente dos juros da dívida externa, sem sequer que possamos amortizar um tostão da dívida externa. E por esta razão que no decorrer do ano todos nós acompanhamos as notícias: superavit na balança de pagamento, e no final do ano nós vemos o Governo brasileiro a todo ano renovando as suas cartas ao Fundo Monetário Internacional em busca de novos empréstimos, de novos financiamentos, de novos dinheiros para equilibrar a balança de pagamento. Então, o que nós precisamos fazer: é urgente, é necessário que este País realmente, primeiro, consiga resolver a sua questão da dívida externa, dando a ela um novo perfil, um novo perfil de prazos mais longos de juros mais baixos, para que o saldo eventualmente apresentado em nossa balança, o saldo costumeiramente apresentado em nossa balança comercial possa ser utilizado em novos investimentos neste País para criação de novos empregos para que possamos aumentar o nosso PIB, o nosso Produto Interno Bruto, e para que possamos aumentar a quantidade de empregos neste País. E o PIB e a quantidade de empregos nós só conseguiremos aumentar com novos investimentos, não só investimentos de reposição, mas precisamos fazer investimentos líquidos que são aqueles que incorporam a economia, novas unidades de produção, novas fábricas, novas indústrias, novas lojas, novos escritórios, novas unidades de prestação de serviços, novas terras agricultáveis, para que possamos aumentar a produção, aumentando, conseqüentemente, o produto nacional, e possamos aumentar a quantidade de emprego. Só assim é que nós conseguiremos retomar o crescimento econômico, retomar o desenvolvimento, porque este País com perto de 150 milhões de habitantes e um crescimento populacional de mais de 2%, incorpora por ano a sua população mais de 3 ou 4 milhões de novas pessoas e essas 4 milhões de no-

vas pessoas precisam de mais comida para comer, de mais roupa para vestir, de mais casa para morar de mais remédio e fundamentalmente de mais empregos. Então o País precisa preparar a sua economia para absorver no mercado de trabalho esse novo contingente populacional. E só vai fazê-lo se retomar o crescimento econômico, se retomar o desenvolvimento. Portanto, é importante nós aumentarmos a produção a cada dia, é importante também que tenhamos excedentes exportáveis para nós termos saldos favoráveis nos nossos negócios bilaterais no comércio internacional. E o Paraná que produz 25% da totalidade de grãos neste País contribui fundamentalmente para o desempenho da balança comercial. Contribui também para um desempenho superavitário da nossa balança de serviços, na medida em que nós incentivamos o nosso turismo, e aí nós temos a nossa Foz do Iguaçu do Deputado, que está agora desenvolvendo enormemente o turismo em Foz do Iguaçu com recursos que estão sendo aplicados neste momento, lá, mercê também do seu trabalho para a ampliação das fronteiras turísticas de Foz.

Quanto mais turistas de fora nós trouxermos para cá, mais recursos nós teremos, e melhor será também o desempenho da nossa balança de serviços.

E isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados. É importante quando se fala que nós queremos melhorar a produtividade da economia do Paraná, nós queremos dar a ela maior rentabilidade, melhor desempenho para que nós possamos efetivamente fazer do Paraná um Estado de desenvolvimento, um Estado de progresso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nesta data dou entrada num Projeto de Lei que acredito será de grande repercussão a nível de Estado do Paraná e quiçá também a nível de Brasil, visto que na nossa cidade de Curitiba e em algumas cidades já grandes a nível de Estado do Paraná nós temos encontrado freqüentemente denúncias de discriminação aos direitos da mulher.

E neste momento estamos apresentando a esta Casa Projeto de Lei que evidentemente há de coibir essa discriminação sem a característica do machismo em cima desse Projeto, faço questão de lê-lo para conhecimento dos integrantes desta Casa a fim de que possam nos ajudar com as emendas, com as propostas, que, com certeza, virão para aperfeiçoar a nossa iniciativa.

(O Projeto de Lei em questão já foi lido

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Acredito que a repercussão deste Projeto há de ser sentida nos diferentes cantos deste Estado e deste País, e, muitos, poderiam, até, tentar dizer que a nossa proposta é uma proposta demagógica e que visa, apenas, garantir os direitos já previstos na nossa Constituição, nas nossas Cartas Magnas.

Obviamente que não, porque já dissemos no início nós já nos deparamos com diferentes denúncias e com diferentes processos semelhantes a esses que estão aqui previstos e que não são garantidos nas nossas Constituições: tanto estadual quanto federal.

Por isso, creio, que aqueles que têm a preocupação com os direitos de igualdade, com respeito à condição da mulher, há de colaborar conosco no perfeiçoamento desse processo e dar a esta, que hoje representa parte da sustentação da família, o suporte, a tranquilidade que merece no dia-a-dia.

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PST com a palavra. Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTARIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

(O Deputado leu o requerimento já apresentado no Expediente, que levou o n° 249).

Senhor Presidente, para concluir o Horário do PST eu convido o Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero cumprimentar, inicialmente o Deputado Geraldo Cartário pela iniciativa do requerimento que cumprimenta o Presidente e o Primeiro Ministro de Portugal, na solução que buscaram para resolver o problema dos odontólogos brasileiros lá residentes.

A nossa intervenção nessa tarde, Senhor Presidente, é no sentido de sensibilizarmos o Senhor Secretário de Segurança, Moacir Favetti, no sentido de melhorar o aparelhamento da Polícia Militar e Polícia Civil de Umuarama.

Razão que nos leva a tal solicitação, se prende ao fato de, nos últimos dias, o roubo de veículos de Umuarama e região, está aumentando assustadoramente.

Aumentando assustadoramente em termos de número, aumentando assustadoramente em termos de abusos dos assaltantes que ainda antes de ontem, na cidade de Umuarama, de frente ao fórum da cidade, foi levado um

veículo e um outro veículo no mesmo dia, foi levado de Umuarama.

Umuarama hoje tem tido um prejuízo de um ou dois carros por dia e o Delegado, Doutor Jorge Azuz nosso amigo, nosso companheiro, tem procurado, da melhor maneira possível, desenvolver um trabalho que coíba os assaltantes, bem como o capitão Comandante da Companhia da Polícia Militar de lá.

Mas, a Polícia Militar de lá se desloca com duas ou três viaturas, para atender uma comunidade, uma cidade com mais de cento e vinte mil habitantes, ainda mais, às vezes tendo que dar atenção a outros municípios vizinhos.

Então a nossa reivindicação, Senhor Presidente, é que haja, de vossa parte também, uma solicitação ao Secretário.

Pedimos também ao Líder do Governo, nosso companheiro Deputado Orlando Pessuti, que também solicite ao Senhor Secretário de Segurança, a urgência no aparelhamento da Polícia Militar.

Nós precisamos de mais viaturas para a Polícia Militar, nós precisamos de mais viaturas para a Polícia Civil, nós precisamos de delegados na região, porque nós temos hoje mais ou menos, duas ou três comarcas na região que não têm delegados de carreira.

Nós temos alguns municípios, como o caso de São Jorge do Patrocínio, Formosa do Oeste que não têm viatura.

E a solicitação para que o delegado Doutor Jorge Azuz, para que o companheiro, Comandante da Companhia da Polícia Militar de Umuarama possa desenvolver um trabalho a contento, que seja melhorado, que com urgência se envie para lá, viaturas para a Polícia Militar, que se envie também um melhor aparelhamento policial, para que tanto a Polícia Civil quanto a Polícia Militar possam dar o atendimento, possam dar a atenção que se faz necessária no Município de Umuarama, hoje, porque está preocupadíssima a nossa comunidade, dado os assaltos que ocorrem diuturnamente na cidade de Umuarama.

Era esta, Senhor Presidente, a nossa solicitação, e esperamos que o Secretário de Segurança, Doutor Moacir Favetti, com urgência providencie o nosso pedido, para que possamos voltar a tranquilizar os nossos irmãos de Umuarama e de toda a região.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Rafael Greca, que, em nome da Casa fala, saudando o Doutor Euzébio Rocha, constituinte de 1946, autor do Projeto que criou a PETROBRAS.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, brasileiros que estão neste Plenário, nesta tarde

histórica, companheiro Euzébio Rocha, fraterno e dileto amigo do nosso Presidente Nacional, o Doutor Leonel Brizola, é com viva alegria que os paranaenses da nossa geração e os paranaenses de todos os tempos recebemos Sua Excelência, ex-Deputado Federal, campeão das bandeiras nacionalistas, neste Plenário do Palácio Dezenove de Dezembro, espaço democrático, aonde pulsa a consciência política do Paraná.

A idéia da campanha de "O Petróleo é Nosso" campanha que contou com o concurso da mais brilhante inteligência do Brasil, naqueles anos anteriores ao martírio do Presidente Getúlio Vargas, Sua Excelência traz a esta Casa toda esta carga de nacionalismo, que mostra que o Brasil que nós temos ainda não é o País que nós merecemos, exatamente porque nós não aprendemos a ser modernos.

Porque não conseguimos ser eternos. Porque não conseguimos aprender as lições da história.

Qualquer pessoa principiante em psiquiatria sabe que quando se leva um paciente a um médico ele diagnostica que este paciente não tem memória, se apõe à ficha médica deste paciente o qualificativo de "idiota".

Ora! Se a falta de memória é condição de idiotice, o País não pode prescindir das lições da memória. Só será o País moderno se aprender a ser eterno. As lições da história se propõe a cada um de nós, cada dia, cada momento, como o "estilingue" das crianças, o "bodoque" gaúcho, a "setra" curitibana, a "funda" do Pequeno Lavi, abatendo o gigante Golias.

Quanto mais para traz nós puxarmos o fio da história, tanto mais para a frente nós alcançaremos o nosso caminho.

Não tem nenhum sentido o nosso País se fechar ao eco que vem das ruas da caminhada que Euzébio Rocha liderou, nos anos cinquenta do nosso século, dizendo com Monteiro Lobato e com tantos outros patriotas que o petróleo é nosso.

A PETROBRAS, que é a oitava empresa em capacidade de refino de petróleo no mundo e a 12ª em reservas de petróleo, é uma própria essência da soberania e da independência nacional!

As mais legítimas bandeiras da brasilidade ornaram a vida e a biografia deste companheiro nosso, a quem me honra profundamente acolher, em nome dos paranaenses.

Seja bem-vindo, Euzébio Rocha. Suas mãos abençoadas levantaram a bandeira do Brasil, naquele momento em que eu ainda não era nascido, mas a idéia é de uma bandeira erguida, bafejando ao vento da pátria, se transmite de geração em geração.

E na verdade uma metáfora repetida, com entonação diferente a cada tempo da

história!

E é verdade que o petróleo é nosso! Que a PETROBRAS é necessária! Que o Brasil precisa ser moderno, sem esquecer as suas lições de história, sem esquecer que pode e deve ser eterno!

Seja bem-vindo fraterno companheiro e amigo em nome da Bancada do PDT e em nome de todos os Deputados que compõem esta Casa, todos o saudamos pelo gesto patriótico e generoso e ainda, avançado na idade continuar contribuindo para espalhar as lições da história na idéia de que o futuro do Brasil é possível, de que futuro do Brasil nós podemos fazê-lo agora, aqui, neste tempo e neste momento.

Curitiba é o Paraná, o acolhem, por aqui em Curitiba no Paraná, também a bandeira do patriotismo encontra muitas mãos para ser erguida.

Muito obrigado.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após a votação da Ordem do Dia, o nosso ilustre homenageado falará para os Senhores Deputados.

PFL, com a palavra.

Declina.

PRN, com a palavra.

Declina.

PMDB com a palavra.

Declina.

PSDE com a palavra.

Declina.

PTB com a palavra.

Declina.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 44 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/92, de autoria do Tribunal de Contas - OF nº 57/92, que altera a partir de fevereiro de 1992, o vencimento dos cargos em comissão e a remuneração das funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F. por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

010/92, de autoria do Tribunal de Contas - Of. n° 190/92, que reajusta a partir de 1° de fevereiro de 1992, os níveis de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 027/92, de autoria do Deputado Colombino Grassano, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita de Umbanda São Jorge, com sede e foro na Cidade de Arapongas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. n° 06, de 24.02.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 27/92

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Colombino Grassano, o Projeto de Lei n° 27/92, visa declarar de Utilidade Pública o "Centro Espírita de Umbanda São Jorge", com sede e foro na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

A matéria está rigorosamente de acordo com a Lei 6994, de 10 de dezembro de 1978, estando portanto de pleno acordo com a legislação em vigor.

Por tais fatos, esta Comissão de Constituição e Justiça, emite o seu Parecer FAVORÁVEL.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 17.03.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
MARIO BEZERRA - Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 034/92, de autoria do Deputado Dirceu S. Manfrinato, que declara de Utilidade Pública a Creche Santo Antonio de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. n° 11 de 09.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 34/92

PARECER:

SOMULA: Declara de Utilidade Pública a Creche Santo Antonio de Ponta Grossa.

Autor: Deputado Dirceu Manfrinato

O Processo encontra-se devidamente documentado, comprovando tratar-se de Entidade sem fins lucrativos, registrada há mais de um ano e com seus dirigentes sem nenhuma remuneração. Somos favoráveis à sua Aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 17.03.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 39/92, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação Filhas de São Camilo, com sede e foro no Município de Matelândia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. n° 11 de 09.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 39/92

PARECER:

O Projeto de Lei n° 39/92, de autoria do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, tem por finalidade Declarar de Utilidade Pública a "Associação Filhas de São Camilo", com sede e foro no Município de Matelândia.

Da análise do referido projeto, uma vez que o mesmo atende aos requisitos exigidos na Lei n° 6.994/78, e não havendo nenhum óbice de natureza legal, regimental ou constitucional, opinamos Favoravelmente.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 17.03.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
JOAO IENSEN - Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 046/92, de autoria do Deputado Dúlio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ipiranga - APAE, com sede e foro no Município de Ipiranga. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 046/92
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ipiranga- APAE", com sede e foro no Município de Ipiranga, Estado do Paraná.

Art.2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.92

(a) DÚLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ipiranga - APAE, é uma entidade civil, com personalidade Jurídica de direito privado, de caráter beneficente, e proporciona às crianças portadoras de deficiências físico e mental, as condições necessárias ao desenvolvimento de suas potencialidades nos aspectos intelectuais, ético, cívico-social, físico e de trabalho, mediante conhecimentos, habilidades e aptidões, para alcançar seu desenvolvimento integral, permitindo seu ajustamento ao

meio em que vive.

Desenvolve suas atividades no atendimento individualizado aos portadores de deficiência múltipla, síndrome de Rett, autista, severos e paralisia cerebral.

Para que a APAE de Ipiranga, possa sempre mais cumprir o seu papel social e de amparo ao necessitado, é justo que seja reconhecida como Utilidade Pública, pelos nobres Deputados desta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 46/92

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Duílio Genari, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que visa declarar de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ipiranga - APAE", com sede e foro no município de Ipiranga.

O Projeto está em conformidade com os dispositivos regimentais desta Casa de Leis, estando devidamente justificado.

Da mesma forma, atende as especificações contidas na Lei nº 6.994, que dispõe acerca dos requisitos necessários à declaração de Utilidade Pública.

Assim, por não apresentar nenhum impedimento de origem regimental e legal, manifesto-me favoravelmente à tramitação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.03.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
PLAUTO MIRO GUIMARÃES - Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 046/92, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública o Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba Unidos da Vila Tiradentes, no Município de Umuarama. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. nº 12, de 10.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 48/92

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Nelson Garcia, chega a esta Comissão o Projeto de lei em epígrafe, que objetiva declarar de Utilidade Pública o "Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba Unidos da Vila Tiradentes", com sede e foro no Município de Umuarama.

O Projeto está elaborado em conformidade com os dispositivos regimentais desta Casa de Leis, estando devidamente justificado.

Da mesma forma, atende os dispositivos contidos na Lei nº 6.994, que dispõe sobre os requisitos para a declaração de Utilidade Pública.

Assim, não havendo impedimento de Or-

Curitiba, quinta, em 19.03.92

dem regimental e legal, opinamos favoravelmente à tramitação do presente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.03.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 049/92, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Rose, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. nº 12, de 10.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 49/92

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, o Projeto de Lei nº 49/92, visa declarar de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores e Amigos da Vila Rose", com sede e foro nesta Capital.

A matéria esta rigorosamente de acordo com o disposto na Lei nº 6.994, de 10 de dezembro de 1978, estando portanto de pleno acordo com a legislação em vigor.

Por tais fatos, esta Comissão de Constituição e Justiça, emite seu Parecer FAVORAVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.03.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a Mesa, requerimento de nº 254, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 255, de autoria do Sr. Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 259, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nºs 249, 250, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 251, de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 252, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se

a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 253, de autoria dos Srs. Deputados Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 261, de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 243, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.

O Sr. Orlando Pessuti - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estimamos ainda há pouco dialogando com o Deputado Ademar Traiano, tendo em vista que após a apresentação do requerimento na tarde de ontem fomos a COPEL, através também do Deputado Toti Colaço, buscar respostas e indagações que o mesmo coloca através de pedido de informações. Embora as justificativas, as respostas atende quase que de pronto as indagações do Deputado, entende ele que deva recebê-las na forma oficial. E não vendo porque razão não aprovarmos o requerimento, daremos apoio e aprovaremos requerimento do Deputado Ademar Traiano.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovado o Requerimento.

Requerimento de nº 262, de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 234, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Também solicitamos aos Senhores Deputados que deem aprovação ao requerimento de autoria do Deputado Colombino Grassano, porque entendemos que essa deva ser a prática normal do processo legislativo, quando matérias versem sobre o mesmo tema, sobre o mesmo assunto, as mesmas devam tramitar de

forma conjunta para que a análise possa ser melhor desenvolvida pelo relator da matéria, neste caso o Deputado Mário Bezerra é o relator do Projeto de Resolução 80/91 bem como do Projeto de Lei nº 256/91, ambos de autoria do Deputado Edson Silva Lino, criando o Município de Ariranha.

Fizemos questão de encaminhar esta votação, poderíamos até ter o comportamento que esta Casa teve recentemente, quando solicitávamos a anexação de documentos de um outro Projeto de Lei a um novo projeto que estávamos apresentando e naquela ocasião a Casa entendeu que isso não era possível. Isso ocorreu, tenho certeza, dada a polêmica do assunto que envolve a criação do Município de Tamarana.

Mas, naquela ocasião defendíamos a anexação de um outro Projeto àquele novo Projeto para, justamente, dar melhores condições ao relator, e não poderíamos agir de forma diferente, na tarde de hoje.

Por essa razão estamos pedindo a todos que votem a favor do requerimento do Deputado Colombino que solicita a anexação do Projeto 256/91 ao Projeto de Resolução 80/91, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, por tratarem da mesma matéria, ou seja a criação do Município de Ariranha, desmembrado do Município de Ivaiporã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento está submetido a votação de acordo com o artigo 121. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em entendimento mantido com o Deputado Severino Félix, pela manhã e para a tarde de hoje, tendo em vista a solicitação que nos fora formulada, na tarde de ontem, pelo Deputado Hermas Brandão, solicitamos que o requerimento de autoria do Deputado Severino Félix e Orlando Pessuti, que pede Regime de Urgência para o Projeto de Resolução que autoriza novo plebiscito no Município de Tamarana tenha a sua votação não realizada na tarde de hoje, e que ele retorne para votação na próxima 2.ª feira. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em homenagem especial ao Doutor Euzébio Rocha, constituinte de 1946, continuaremos em Sessão, para ouvi-lo.

Concedo a palavra ao Doutor Euzébio Rocha.

O SR. EUZÉBIO ROCHA - Senhor Presidente Anibal Khury, dignos membros da Mesa, Senhores Deputados.

Ao longo de uma vida pública é um dos momentos, para mim, de maior satisfação, estar aqui na Assembleia Legislativa do

Paraná que tão grandes serviços tem prestado a este Estado e não menos à Nação.

Sejam assim as minhas primeiras palavras de agradecimento, a honra de poder falar a esta Assemblêia, honra que jamais esquecerei.

Acho que vivemos um momento dos mais importantes, em que nunca se viu tanta compreensão, tanta serenidade, tanta vontade de resolver como a que nós estamos vivendo neste instante.

É por isso que venho fazendo esta caminhada, venho do Norte, de Natal, Mossorô, Salvador, procurando falar aos brasileiros, convencê-los de que é muito importante acreditarmos no nosso povo e acreditarmos no Brasil.

Fala-se agora de uma maneira muito sistemática, criou-se realmente uma situação inadmissível, parece que prevalece o maniquismo, ou a iniciativa privada resolve tudo e a iniciativa estatal não resolve nada.

É uma colocação falciosa, que eu critico, nós precisamos lutar pela eficiência do Estado, pela eficiência da iniciativa privada.

Há atividades que o Estado desenvolve de uma maneira muito precisa, outras a iniciativa privada.

Eu procurei estudar a política de privatização de vários Países, examinei a política de privatização da França, examinei a política de privatização da Itália, examinei a política de privatização da Suécia, examinei a política de privatização do México, constatei que em todas essas medidas tomadas há alguns princípios básicos fundamentais, que direcionam a política de privatização; um deles é que a empresa privada não deve ser vendida a multinacionais e a grupos estrangeiros.

É por que essa cautela desses Estados todos em que me referi? Pelo seguinte, porque no momento em que o capital estrangeiro viesse criar uma empresa seria muito positivo; mas ele assumiu a empresa que já dava emprego, que já realiza tudo e passar a remeter dividendos, onerando o nosso balanço de pagamento, não é necessário. É por isso que esses Países mantiveram esse princípio.

Um outro princípio fundamental da "privatio" é evitar que na transferência para a iniciativa privada se fortaleça ou se crie o oligopólio.

Eu não tenho dúvida que hoje em dia o problema seriíssimo é realmente este, porque o capitalismo de concorrência terminou há cinquenta anos atrás, hoje o capitalismo é de oligopólio, de modo que os preços não são resultados da concorrência, são preços administrativos; o preço da FIAT em relação a VOLKSWAGEN não é pela concorrência dessas empresas, é o preço administra-

tivo. E os oligopólios são tão poderosos que nem o Senhor Presidente da República tem resistido as pressões dos oligopólios, porque é preciso que a gente tenha realmente essa noção básica.

Outro princípio adotado na política de privatização é a democratização da empresa, quer dizer, facilitar às aquisições individuais, facilitar a participação dos trabalhadores, isto que eu considero que deve ser uma política de privatização, com a qual o meu Partido e eu estamos de pleno acordo.

Agora, privatização é uma coisa, corrupção é outra. A corrupção nós não aceitamos, essa nós repelimos. E o que se está fazendo no Brasil não é privatização, é corrupção.

Vejamos o caso da VASP, saldou-se com o grande início da mudança do aspecto do País, a privatização da VASP, foi privatizada.

A primeira medida tomada é realmente o novo proprietário da VASP, pedir um empréstimo de 60 milhões à VASP, mas então está privatizando com o dinheiro do estado, para que privatizar?

Tão escandaloso foi o caso da VASP que o Mota Veiga, Presidente da empresa, preferiu deixar a empresa do que realizar realmente a operação danosa à empresa feita com favoritismo político.

Naquela ocasião era surpresa, todos estavam num Governo iniciando, mas hoje, vemos que parece que a corrupção é a norma, parece que o tráfico de influências é a norma que nós não sabemos, o que é inadmissível.

O caso por exemplo da USIMINAS, a USIMINAS é uma das empresas mais eficientes do mundo.

Ela tem uma competitividade superior as empresas Norte-Americanas, ela tem realmente um valor de 10 bilhões de dólares para seu reestabelecimento.

Pois bem, teoricamente foi transferida por 500 milhões para uma multinacional japonesa.

Mas desses 500 milhões de votos tratava-se realmente de títulos sem valor, como já se disse, títulos podres, por quê?

Adquiridos no mercado secundário por trinta em virtude da defasagem, do deságio sofrido, de vinte e cinco passaram a valer setenta e cinco.

Quer dizer, isso não é realmente uma política de privatização, se fosse outra coisa eu realmente não teria dúvidas e nós estabelecemos uma orientação.

Mas eu agora gostaria de me reportar então ao problema porque eu defendo o monopólio estatal de petróleo, por quê?

Porque primeiro sabemos que acabou de declarar o Presidente da Shell que se

aceitaria participar das atividades petrolíferas do Brasil se houvesse uma revisão de preços do petróleo, ou seja, que os preços fossem elevados de acordo com o padrão internacional.

Quer dizer que todas essas facilidades que têm sido feitas, vendendo-se realmente a preços menores todas essas atividades de petróleo, seriam imediatamente subidas e se realmente fosse uma ameaça de preços.

Mas não é só. A atividade petrolífera só se desenvolve de duas formas: ou é monopólio de Estado ou é oligopólio internacional.

Não há outra solução. Basta ver que toda atividade de petróleo, fora das empresas estatais, é controlada pelas empresas simples, mas, fundamentais. De modo que, iríamos parar, realmente, submetidos, a um oligopólio. Nós fomos permitir que a primeira pata dos grupos internacionais entrassem no Brasil.

Qual seria a consequência? Acho que a maneira mais objetiva que eu poderia trazer em vez de conjecturar em torno de conceituações subjetivas, é eu trazer a experiência.

O Governo Argentino, na década de 70, resolveu abrir as suas portas às multinacionais, dizendo que com elas viriam a solução, aliás, ele não foi o primeiro.

O Presidente Geisel em 75, rompeu com a Constituição, rompeu com os projetos legais, dizendo: "O Brasil não pode prescindir da colaboração das multinacionais de petróleo. com elas nós teremos autosuficiência..." e abriu-se, então, os contratos de risco. Pois bem, em 77 até mais ou menos durante 15 anos, elas já tiveram liberdade de fazer pesquisa, tiveram 86% da área sedimentar a sua disposição e não acharam uma gota de petróleo.

Enquanto a PETROBRAS investia 19 bilhões e 600 milhões de dólares na sua amplitude geral, as multinacionais aplicaram 350 milhões de dólares somente.

Na ocasião que o Geisel fez isso, apesar da ditadura, apesar da violência, eu tive a ocasião de tirar um livro, denunciando, que as empresas multinacionais não estão interessadas em achar petróleo, porque a produção que as controla é mais do que suficiente para atender às suas necessidades de mercado cativo, logo, para que investir?

Para aumentar a produção? Para baixar os preços? Elas querem manter as reservas existentes. Isso que elas querem fazer.

Pois bem, eu tinha razão, o Presidente Geisel errou, a abertura para as multinacionais não trouxe uma gota de petróleo e agora o caso argentino.

A Argentina resolveu abrir as portas ao capital multinacional, e, como eu digo, eles querem inicialmente entrar e depois

de entrar eles que am destruir as atividades petrolíferas. Por maldade?

Não, porque eles não são sociedade benéfica, eles querem obter lucros e dominar os mercados.

Se eles destroem a produção de petróleo mais tarde eles poderão fazer a importação de petróleo de seus setores sem fazer novos investimentos comprometedores.

Vejamos:

"O DESASTRE ARGENTINO".

O SR. EUZEBIO ROCHA - (Termina de Ler):

E ou não é um suicídio da Argentina ter entregue a sua PETROBRAS a multinacionais, ao invés de aumentar sua produção como nos promete, como prometeu Geisel, que o Brasil teria autosuficiência de Petróleo, sem ter contrato de risco, agora querem entregar o nosso petróleo, as nossas atividades para conseguir esse mesmo destino da Argentina, dominada, escarnizada pelos grupos internacionais.

Não companheiros. A hora é de reação, na campanha do petróleo éramos poucos no início, no fim eram as grandes sociedades, era a OB, era o Clube Militar, eram estudantes de engenharia, era realmente a Nação que se levantava porque ela só acreditava em si mesma, e além disso vamos dizer, é PETROBRAS.

Ela terá correspondido aos meus sonhos quando lutamos por ela? Eu darei dados, 1954 o Brasil produzia 2.700 barris por dia, hoje está produzindo 800 mil barris por dia, a PETROBRAS não tinha reservas petrolíferas, hoje as nossas reservas são de oito bilhões de barris, superiores às do Canadá, superiores a da ESSO.

E isso que querem destruir, mas não é só. Em 1954, a PETROBRAS tinha trinta geólogos, tinha 100 engenheiros, hoje ela tem 800 geólogos, tem hoje sete mil engenheiros.

E a Nação criando cargos de alto nível, é a Nação sendo exportadora de matéria prima. O que eles querem amanhã é fazer o que já se fez com a indústria farmacêutica. Felizmente todos aqui são muito jovens, isso é muito bom, mas alguns talvez, com um pouco mais de idade podem lembrar que antes da Segunda Guerra Mundial, nós tínhamos os nossos laboratórios nacionais, o Fontoura, o Araújo, e vários outros. Eles respondiam por 65% do mercado nacional, estavam desenvolvendo pesquisas especiais ligadas as nossas doenças, porque um dos males das multinacionais é que elas nos impingem as suas pesquisas feitas no exterior e nós não cuidamos das nossas próprias doenças.

Nós, a elite dominante de ora, aqueles calabares do momento - o problema do Brasil é ter remédio barato, não é ter remé-

dio nacional, esse negócio de nacional é demagogia, isso não vale.

Pois bem, foi feito, o que aconteceu? Durante anos venderam remédio abaixo do custo. Acabaram com as empresas nacionais, e passaram a impor seus preços, os seus produtos, a ponto de haver produtos hoje em dia, no setor farmacêutico que chegam a ter lucros de cinco mil por cento, como apurou a CPI realizada na Câmara dos Deputados da qual eu participei também.

Na questão de eletro-eletrônico foi a mesma coisa, a ditadura achou que tanto faz, capital estrangeiro, capital nacional é a mesma coisa, isso é bobagem.

As multinacionais entraram, passaram nós que dominávamos 70% do mercado interno, fizeram a mesma coisa, houve denúncia de setores industriais de São Paulo, mostrando que estava havendo um "doping", que estava se vendendo abaixo do custo, e hoje, praticamente a indústria nacional de eletro-eletrônico desapareceu.

Agora o que querem é destruir a atividade de petróleo que nós dominamos a tecnologia.

Vejam o seguinte, a PETROBRAS no Brasil é pioneira, nenhum país do mundo tem a posição pioneira na pesquisa de águas profundas e a PETROBRAS o tem.

Isso mostra que nós usamos tecnologia própria, mas não é só, eu fui um entusiasta defensor do xisto betuminoso, que vinha se desenvolver uma pesquisa difícil, lutei quando o Governo tentou acabar com o xisto, quando Sarney tentou suspender as verbas para o xisto. Eu tive ocasião de fazer discurso, de lutar, provando que era viável. Agora, nós estamos vendo o xisto betuminoso já está funcionando; segunda reserva do mundo de xisto betuminoso no Brasil. Nós podemos, não com tecnologia importada, mas tecnologia criada pelos brasileiros puxar o xisto para a grandeza do Brasil e para o progresso da nossa gente. Esta é a verdade!

Há outras questões que eu gostaria de abodar, da PETROBRAS eu não preciso dizer mais. Depois disso, oitava refinaria do mundo, segunda frota petroleira do mundo.

Pois bem, quando nós vamos examinar as perfurações e número de petróleo, é o seguinte: a média multinacional das três irmãs, evidente, é em torno de cada cem perfurações, dez poços. No Brasil, no mar, para cada cem perfurações, trinta e cinco poços; em Oxford no mar. De modo que é a prova da eficiência da empresa que mantém realmente esse ritmo extraordinário, que desenvolveu uma grande tecnologia, que, realmente, domina completamente esta situação.

Eu gostaria de agora, caminhando para o final, para não abusar muito da tolerância dos emitentes Senhores Deputados, eu

quero dizer o seguinte: tenho estado preocupado, muito preocupado e é natural que essa preocupação eu compartilhe com os meus compatriotas do Paraná. Tenho estado preocupado com a conspiração que se faz contra o Brasil e contra os brasileiros. Preocupado mesmo! São aquelas insinuações: o Brasil é um País inviável, o Brasil não tem chance, o Brasil não tem oportunidade; o brasileiro é preguiçoso, ele não quer saber de estudar, o brasileiro não trabalha porque não quer. Estas coisas parecem inócuas, mas é que os grupos hegemônicos internacionais vêm no Brasil uma ameaça porque é um País continental, tem população, se ele se desenvolver será, indiscutivelmente, uma futura potência e o clube dos sete não quer novos aderentes. Então, é preciso destruir o País. E ninguém luta por um País que não acredita! É preciso fazer o brasileiro não acreditar no Brasil para que ele não lute pelo Brasil. Isto é uma mentira! Porque as estatísticas comprovam que o trabalhador brasileiro trabalha mais horas até do que o japonês, mais horas do que o francês e se mais não faz é porque não deixam. De modo que estou convencido neste instante, sem pregar o meu ufanismo de jeito nenhum. O ufanismo deturpa a verdade e eu conheço a dramática situação do meu Brasil.

Finalmente, sessenta e três milhões de brasileiros marginalizados. Setenta milhões não participam do mercado interno. Quadro realmente doloroso! De cinquenta e dois e cinquenta e dois dias cai uma bomba atômica entre as crianças de zero a cinco anos.

Fizeram mais. Nós cantamos a maternidade com respeito, com culto, entretanto, por forças de pressões internacionais, de grupos americanos, esterilizaram quarenta e quatro por cento, 44%, das mulheres sob a alegação de que o Brasil era pobre porque tinha crianças demais. Há vinte anos isso já foi feito e o Brasil está mais miserável do que nunca. Como titular de Economia da Faculdade de Direito eu denunciava que não é pela contenção da natalidade que se resolvem os problemas de uma pátria, mas pelo desenvolvimento econômico, pelo desenvolvimento da tecnologia, pela criação realmente da eficiência da empresa privada e da empresa estatal.

Realmente é isso que eu queria dizer. Estas coisas existem, mas dizer que é só isso? Não! O Brasil não é só isso! O Brasil não é um País continental, consolidou as suas fronteiras com o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa sem um tiro. É o País que manteve a unidade nacional. O Brasil é o País que está dominando tecnologia em vários setores. Realmente temos entre nós algumas coisas muito interessantes: afetividade. Tudo isso forma a cultura nacio-

nal. Não há porque deixar de acreditar neste País que, finalmente, chegou a oitava economia do mundo, agora infelizmente, com a recessão Collor ele já está em 11º lugar, porque em dois anos o Brasil caminhou para trás onze anos, mas éramos a oitava economia do mundo. Uma Nação, um País não chega a oitava economia do mundo se não tiver realmente trabalho efetivo, de modo que esta Nação tem condições. Agora querem nos adular. Dizer tudo que é bom é estrangeiro. Tudo que é preciso é acabar com as indústrias brasileiras. Amanhã fecham as indústrias de automóveis aqui e vão realmente reabri-las para importarmos os carros já feitos.

Não que eu defenda a indústria do automóvel. O Presidente Juscelino Kubitschek prestou grandes serviços à Nação, principalmente quando ele denunciou o Fundo Monetário Internacional, que queria esmagar o Brasil naquela época, mas acho que devia ter mantido a incipiente indústria nacional de automóvel que nós estávamos fazendo. Teria sido muito melhor para nós, porque teríamos desenvolvido tecnologia. A tecnologia usada hoje é de muitos anos atrás. De 40 anos atrás de 36 anos atrás. Eles usam uma tecnologia superada. Ou o País desenvolve uma tecnologia indógena e cria condições para seu desenvolvimento e sua independência ou ele tem o pior colonialismo, que é o colonialismo tecnológico.

Agradeço a honra com que me ouviram e creiam que eu saio com este coração de brasileiro profundamente feliz, de ter tido a imensa honra da minha vida, de ter falado aos eminentes Deputados do Paraná. Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós agradecemos a presença do Dr. Euzébio da Rocha e nos congratulamos com a sua brilhante exposição.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Quero comunicar à Assembléia Legislativa e a Mesa Executiva desta Casa, que na próxima semana, segunda, terça e quarta eu e os Deputados Paulo Maia, César Silvestri e Cleyton Crisóstomo, nos ausentaremos em função de que a Comissão do Índio visitará às reservas indígenas da região Oeste e região Sudoeste do Estado.

Para justificar a nossa ausência, na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Justificado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte.

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/85
e do Projeto de Resolução nº 084/91.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 282/91 e 536/91.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 027/92, 034/92, 039/92, 046/92, 048/92 e 049/92.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 005/87, 002/92 e 021/92.

Levanta-se a Sessão.

Ato da Comissão de Processo Administrativo

EDITAL DE CHAMAMENTO

A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 127/91, DA DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

CONSIDERANDO que, na ultimação da instrução, concluiu pela indicição do funcionário GETOLIO CANELA FAVARO como incurso nas sanções do art. 293, inciso V, letra "b", da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, estando sujeito à pena de demissão, por abandono de cargo;

CONSIDERANDO o desconhecimento do paradeiro do indiciado, para citação pessoal;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 320, e § 2º, da Lei 6.174, referida...

CITA e CHAMA GETOLIO CANELA FAVARO para apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, facultada vista do processo, durante o prazo, no GABINETE DA PROCURADORIA (5º andar), fluindo o prazo a partir do 15º (décimo quinto) dia da publicação do presente EDITAL.

(a) JOSE RENATO DUARTE
Presidente da Comissão